

Mudanças com parlamentarismo

Uma das personalidades mais destacadas do PMDB desenvolve uma análise crítica das razões políticas pelas quais o presidente Sarney, ao invés de se opor, deveria ceitar o parlamentarismo como solução construtiva para seu próprio Governo. Faz inicialmente a constatação de que o Governo de Sarney atravessa fase crítica de impopularidade, sem nenhum poder de criatividade. Com o parlamentarismo por ele implantado, Sarney daria aos olhos da Nação uma demonstração de grandeza histórica, num gesto com o qual marcaria de forma indelével a sua passagem pelo poder, num período de transição democrática.

Lembra que a continuidade do presidencialismo, após a promulgação da nova Constituição, seria como que a manutenção do statu quo político nacional, com todos os seus vícios e deformações. Não há como negar que o presidencialismo, desde a sua origem, tem sido fonte de crises políticas, dados os erros e falhas apresentados pelo regime em sua aplicação no Brasil, há ainda a considerar a circunstância de que a Constituinte foi convocada sob o clima emocional de que traria mudanças fundamentais à vida nacional. O parlamentarismo seria assim o único instrumento que os constituintes dispõem, e podem oferecer ao País de que pretendem inovar métodos e

práticas políticas.

Uma das alegações mais frequentes apresentadas contra o parlamentarismo baseia-se na premissa de que o Brasil ainda não dispõe de partidos nem de uma burocracia estável e organizada. Em resposta, pondera-se que o presidencialismo, ao invés de fortalecer, contribui para a desagregação partidária. Começa na sucessão presidencial, quando os candidatos celebram alianças políticas as mais heterogêneas, com partidos e correntes com os quais não têm nenhum tipo de identificação.

Lembra-se o exemplo da UDN, que jamais teve como seu candidato natural o sr. Jânio Quadros, mas acabou por apoiá-lo como única via que dispunha de poder chegar ao poder. Quanto à existência de uma burocracia selecionada, o presidencialismo jamais deu mostras ou indicações de oferecer condições para existência entre nós de um serviço público organizado, segundo os méritos de cada um. Como o poder do presidente da República no presidencialismo é imperial, existem hoje à disposição do chefe do Governo cerca de 30 mil cargos, aos quais cabe a ele preencher. As pressões então se centralizam sobre o presidente da República, a fim de que faça a distribuição daqueles cargos públicos, sem atentar muitas vezes para as

exigências de uma burocracia eficiente e capaz.

Militares

Os militares continuam a se opor à introdução do regime parlamentar de Governo. Em princípio, eles acham que adotar esse regime no atual Governo representaria verdadeiro golpe de Estado contra o presidente Sarney. No entanto, há políticos de diversas origens e tendências realizando trabalho de convencimento junto aos militares, com a finalidade de tranquilizá-los quanto ao tipo de parlamentarismo que se pretende implantar.

A solução parlamentarista teria de ser feita sob a liderança de Sarney e com a sua plena concordância. Outra garantia oferecida é a de que os gabinetes organizados somente seriam dissolvidos coletivamente. Com isso, os ministros militares ficariam isentos dos votos de desconfiança individuais. Assinala-se ainda que como os ministros militares exercem funções especializadas, seu recrutamento se faria num universo bastante limitado.

Eleições no DF

O Planalto preparou e encaminhou à Constituinte emenda constitucional acabando com eleições de governador no DF, nos termos do substitutivo apresentado por Bernardo Cabral.